

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público

009. PROVA OBJETIVA

Controlador Interno

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **04**.

Marieta

Marieta fez 90 anos.

Não resisto à tentação de revelar a idade de Marieta.

Sei que é falta de educação (mas pouca gente sabe hoje o que quer dizer falta de educação, ou mesmo educação) falar em idade de mulher.

São múltiplas as teorias sobre idade feminina. Eu envelheceria ainda mais, se fosse anotar aqui todos os conceitos alusivos a essa matéria; enquanto isso, as mulheres ficariam cada vez mais jovens. Depois, não estou interessado em compendiar a incerta sabedoria em torno do tema incerto. Meu desejo é só este: contar a idade de Marieta, por estranho que pareça.

E não é nada estranho, afinal. Marieta fazer 90 anos é tão simples quanto ela fazer 15. No fundo, está fazendo seis vezes 15 anos, esta é talvez sua verdadeira idade, por uma graça da natureza que assim o determinou e assim o fez. Privilégio.

Ah, Marieta, que inveja eu sinto de você, menos pelos seus 90, perdão, 6 x 15 anos, do que pelo sinal que iluminou seu nascimento, sinal de alegria serena, de firmeza e constância, de leve compreensão da vida, que manda chorar quando é hora de chorar, rir o riso certo, curtir uma forma de amor com a seriedade e a naturalidade que todo amor exige.

Sei não, Marieta (de batismo e certidão, Maria Luísa), mas você é a mais agradável combinação de gente com gente que eu conheço.

(Carlos Drummond de Andrade, *Boca de Luar*. Adaptado)

01. Ao tratar os 90 anos de Marieta como seis vezes 15 anos, o narrador intenta destacar na personagem

- (A) a vaidade tipicamente feminina, que não gosta de revelar a verdadeira idade.
- (B) a generosidade de aceitar que sua idade seja finalmente revelada por ele.
- (C) um dom especial, que garante a ela um toque de jovialidade diante da vida.
- (D) um certo desapego em relação à verdade acerca de sua idade avançada.
- (E) o privilégio de poder comemorar seus 15 anos quando, efetivamente, faz 90.

02. Considere a seguinte passagem do texto:

Marieta fez 90 anos.

Não resisto à tentação de revelar a idade de Marieta.

Sei que é falta de educação (mas pouca gente sabe hoje o que quer dizer falta de educação, ou mesmo educação) falar em idade de mulher.

O trecho entre parênteses introduz um comentário do narrador que se caracteriza como manifestação de

- (A) ressalva em relação a comportamentos socialmente convencionados que podem estar se perdendo na atualidade.
- (B) concordância com a modernização de certas atitudes vistas como inadequadas em relações interpessoais.
- (C) indiferença em relação a gestos de cordialidade que só se impõem entre pessoas de mais idade.
- (D) pesar diante da constatação de que atitudes socialmente recrimináveis não foram abandonadas.
- (E) julgamento negativo da indiscrição que há em revelar publicamente a idade das mulheres mais velhas.

03. Na passagem “Eu **envelheceria** ainda mais, se **fosse** anotar aqui todos os conceitos alusivos a essa matéria; enquanto isso, as mulheres **ficariam** cada vez mais jovens.”, tal como estão flexionados, os verbos

- (A) exprimem incerteza ou dúvida acerca de fatos ocorridos em tempo próximo.
- (B) expressam possibilidades, referindo-se a fatos não ocorridos.
- (C) indicam ação que se produzirá em certo momento do futuro.
- (D) asseveram que uma ação futura estará realizada antes de outra.
- (E) indicam, entre ações simultâneas, a que estava em processo quando a outra ocorreu.

04. A frase que se relaciona à precedente pela relação de sentido de causa é a destacada em:

- (A) ... curtir uma forma de amor **com a seriedade e a naturalidade que todo amor exige**.
- (B) Meu desejo é só este: contar a idade de Marieta, **por estranho que pareça**.
- (C) Eu envelheceria ainda mais, **se fosse anotar aqui todos os conceitos alusivos a essa matéria...**
- (D) ... esta é talvez sua verdadeira idade, **por uma graça da natureza que assim o determinou e assim o fez**.
- (E) Marieta fazer 90 anos é tão simples **quanto ela fazer 15**.

Leia o texto, para responder às questões de números **05 a 08**.

Há 28 anos um grupo de pessoas se reúne semanalmente na sede da ONG (organização não governamental) Anjos da Noite, em um sobrado no bairro de Artur Alvim, na Zona Leste de São Paulo. Os voluntários dedicam-se a aplacar as carências dos moradores de rua. Além de entregar cobertores e roupas, o grupo tem como principal incumbência a distribuição de refeições. Aos sábados, os colaboradores se organizam para preparar 200 quilos de comida. A distribuição de 800 marmitas tem início ao cair da noite. Anteriormente, os voluntários rodavam quatro horas pelas ruas da região central até entregar a última quentinha. Hoje, o trabalho é feito em menos de uma hora. Basta estacionar o carro, e um grupo de pessoas carentes faz fila para ganhar o alimento.

A experiência dos Anjos da Noite confirma a percepção que tem qualquer cidadão dos maiores centros urbanos brasileiros: o número de pessoas que vivem nas ruas elevou-se, e muito, nos últimos anos. As estatísticas são esporádicas e, por isso, não é fácil saber com exatidão a proporção desse crescimento.

(Giovanni Magliano. A rua como único refúgio. *Veja*, 6.12.2017. Adaptado)

05. É correto afirmar que esse texto destaca-se

- (A) por adotar perspectiva parcial na abordagem dos fatos, empregando adjetivação que leva a identificar o ponto de vista da revista.
- (B) pela tendenciosidade, deixando transparecer a opinião do jornalista, em prejuízo da apresentação concisa dos fatos.
- (C) pelo teor informativo, privilegiando o relato de fatos, em linguagem objetiva, e o emprego de palavras em sentido próprio.
- (D) pela inclinação a usar a linguagem para promover os Anjos da Noite, destacando-os graças ao tom elogioso com que descreve a ação do grupo.
- (E) pelo caráter eminentemente jornalístico, expondo, em jargão técnico, argumentos em favor das ações da ONG.

06. Observe os termos destacados nas passagens:

– Os voluntários dedicam-se a **aplacar** as carências dos moradores de rua.

– ... o grupo tem como principal **incumbência** a distribuição de refeições.

– As estatísticas são **esporádicas** e, por isso, não é fácil saber com exatidão a proporção desse crescimento.

Esses termos podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e respectivamente, por:

- (A) resolver; ônus; causais.
- (B) mitigar; encargo; fortuitas.
- (C) suprir; dever; determinadas.
- (D) abrandar; determinação; inconclusivas.
- (E) suprimir; objetivo; espaçadas.

07. A frase redigida segundo os princípios da norma-padrão de concordância é:

- (A) Confirma-se, com a experiência dessa ONG, o que quaisquer cidadãos das grandes cidades já constataram.
- (B) Fazem 28 anos que já acontece toda semana reuniões de um grupo de pessoas da ONG Anjos da Noite.
- (C) Aplacar as carências dos moradores de rua põem-se como incumbência importante dos voluntários.
- (D) Para os voluntários, não se tratam de ações de caridade, mas de exercício responsável de ações cidadãs.
- (E) Forma-se filas do pessoal carente querendo receber alimentos que os voluntários lhe fornece.

08. Assinale a alternativa que substitui as expressões destacadas no trecho seguinte, em conformidade com a norma-padrão.

Basta estacionar o carro, e um grupo de pessoas carentes **faz** fila para **ganhar** o alimento.

- (A) Bastava ... fez ... que ganhasse
- (B) Bastou ... faria ... que ganha
- (C) Bastará ... faça... que ganhará
- (D) Bastaria ... faria ... que ganhasse
- (E) Bastasse ... fazia ... que ganhava

09. Leia a tira, para responder à questão.



(André Dahmer. Malvados. Disponível em: <http://www.malvados.com.br>)

É correto afirmar que a tira tem efeito de sentido de

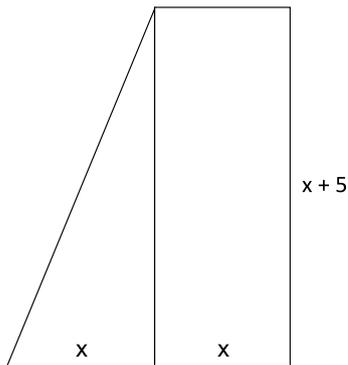
- (A) humor cáustico, com foco na ideia de que certas informações veiculadas na internet são falsas e ridículas.
 - (B) argumentação didática, considerando-se o caráter ilustrativo da situação comentada pela personagem.
 - (C) crítica irônica, centrada na ideia de que a modernidade do meio não condiz com o teor retrógrado dos conteúdos.
 - (D) convencimento intransigente, haja vista o ponto de vista da personagem, que se mostra avessa a novidades tecnológicas.
 - (E) censura comedida, apontando os vícios no uso da rede de computadores com objetivo de divulgação de fatos.
10. A alternativa redigida segundo a norma-padrão de regência e de emprego do sinal indicativo de crase é:
- (A) Os pilares das democracias são o respeito à lei e a obediência às instituições.
 - (B) Os cidadãos obrigam-se à seguir a princípios moral e legalmente instituídos.
 - (C) Predomina entre as pessoas a suposição que a lei deve ser aplicada à todos os cidadãos.
 - (D) Alguns ainda têm pretensão à posar de herói, opondo-se à padrões estabelecidos.
 - (E) Há normas que poucos obedecem, mesmo estando sujeitos à sanções severas.

MATEMÁTICA

11. Dorival fez uma viagem em 4 dias. Exceto no último dia, quando terminou a viagem, em todos os outros Dorival viajou sempre a terça parte da distância que faltava para terminar. Desse modo, é correto afirmar que no último dia Dorival percorreu, da distância total da viagem, o equivalente a
- (A) $\frac{13}{27}$
 - (B) $\frac{31}{81}$
 - (C) $\frac{7}{9}$
 - (D) $\frac{8}{27}$
 - (E) $\frac{19}{27}$
12. A razão entre o dinheiro que Luciana tinha e o dinheiro que Renata tinha era $\frac{2}{5}$. Após Luciana gastar R\$ 150,00 e Renata gastar R\$ 125,00, a razão entre o dinheiro que restou a Luciana e o dinheiro que restou a Renata passou a ser $\frac{3}{8}$. Renata passou a ter a mais que Luciana, em reais e após esses gastos, a quantia igual a
- (A) 2500.
 - (B) 2750.
 - (C) 2930.
 - (D) 3025.
 - (E) 3100.
13. Na loja A, uma camiseta que custava R\$ 80,00 passou a R\$ 70,80 após um desconto no preço de X %. Na loja B, essa mesma camiseta, que custava R\$ 59,00, passou a custar R\$ 70,80, após um reajuste no preço de Y %. O valor de X + Y é
- (A) 40,0.
 - (B) 35,8.
 - (C) 31,5.
 - (D) 29,7.
 - (E) 23,0.

14. Durante uma enchente, 45 pessoas ficaram ilhadas em um local isolado e tinham com elas provisão de alimentos para 30 dias. Três dias se passaram e outras 6 pessoas chegaram e participaram dos mesmos alimentos. Mais treze dias se passaram e outras 18 pessoas chegaram e se juntaram às 51 pessoas que lá estavam e também participaram dos mesmos alimentos. Considere que todas as pessoas se alimentaram igualmente e de acordo com a provisão diária. Desde o início dessa narrativa e até o fim da provisão de alimentos se passaram um número de dias igual a
- (A) 19.
(B) 24.
(C) 27.
(D) 32.
(E) 35.

15. A figura a seguir é composta por um retângulo e um triângulo retângulo



A área (A) da superfície dessa figura é 225 m^2 e a fórmula que possibilita o cálculo do valor de x é dada pela expressão:

$$A = \frac{3x^2 + 15x}{2}$$

Se o valor de x aumentar em 20%, a área da figura aumentará em

- (A) 20%
(B) 36%
(C) 42%
(D) 45%
(E) 50%

16. A tabela mostra o tempo gasto por um funcionário para ir e voltar no trajeto casa e trabalho em 5 dias da semana.

Funcionário	Casa-Trabalho	Trabalho-Casa
2ª feira	1h 12min	55min
3ª feira	58min	52min
4ª feira	1h 8min	1h 6min
5ª feira	1h 14min	1h 10min
6ª feira	1h 22min	1h 8min

Nessa semana, a diferença entre o tempo médio diário no sentido Casa-Trabalho e o tempo médio diário no sentido Trabalho-Casa é igual a

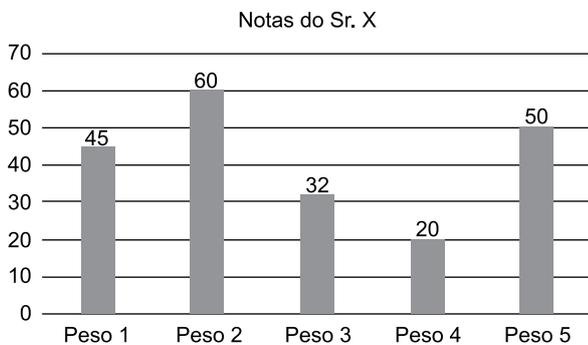
- (A) 8min 36s
(B) 8min 42s
(C) 8min 6s
(D) 8min 18s
(E) 8min 54s
17. O preço p de um produto deveria ser reajustado a cada mês com a taxa fixa de 3%, aplicada sobre o preço do mês imediatamente anterior. Um cálculo que pode ser utilizado para determinar a porcentagem total de reajuste (R) desse produto, após 12 meses desses reajustes, é
- (A) $R = (1,3 \cdot 12 - 1) \cdot 100$
(B) $R = (1,3^{12} - 1) \cdot 100$
(C) $R = (1,03 \cdot 12 - 1) \cdot 100$
(D) $R = (1,03^{12} - 1) \cdot 100$
(E) $R = (1,03^{11} - 1) \cdot 100$
18. Para o intervalo de uma reunião, foram encomendadas fatias de pizza para que cada uma das 52 pessoas presentes pudessem comer exatamente 7 fatias. Quando as fatias de pizzas chegaram, verificou-se que faltavam 79 fatias e que 5 pessoas a mais tinham chegado. Sabendo que todos comeram a mesma quantidade de fatias, é correto concluir que cada pessoa comeu um número de fatias igual a
- (A) 2.
(B) 3.
(C) 4.
(D) 5.
(E) 6.

19. Na situação a seguir, considere que os ralos de escoamento apresentam sempre a mesma vazão.

Uma piscina pode ter seu volume total esvaziado com o uso de dois ralos de escoamento e, para isso, o tempo necessário é de 34 horas. O tempo a menos que se gastaria para esvaziar a mesma piscina utilizando cinco ralos de escoamento é igual a

- (A) 13h 6min
- (B) 15h 12min
- (C) 16h 36min
- (D) 18h 4min
- (E) 20h 24min

20. O gráfico a seguir mostra as cinco notas do Sr. X e os respectivos pesos atribuídos a cada uma das provas.



Para ser aprovado, o Sr. X precisava que sua média aritmética ponderada por esses pesos fosse maior ou igual a 48 pontos. Com essas notas, o Sr. X não foi aprovado e sua média ficou abaixo de 48, em uma quantidade de pontos igual a

- (A) 6,6.
- (B) 7,9.
- (C) 8,6.
- (D) 9,5.
- (E) 10,8.

LEGISLAÇÃO

21. O processo legislativo previsto na Lei Orgânica do Município de Indaiatuba prevê que

- (A) a matéria constante de proposta rejeitada de emenda à Lei Orgânica somente poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa mediante iniciativa de 3/5 (três quintos) dos Vereadores Municipais.
- (B) se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, independentemente de justificação.
- (C) a tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo, estabelecidas nesta lei, não podendo receber emendas dos Vereadores.
- (D) são leis complementares as concernentes, entre outras, ao Código Tributário do Município, ao Código de Obras ou de Edificações, ao Código Sanitário do Município e ao Regime Jurídico e Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais.
- (E) as proposições destinadas a regular matéria político-administrativa de competência exclusiva da Câmara, que possuam efeitos internos ou externos, serão veiculadas por meio de decretos legislativos.

22. Conforme previsto na Lei Orgânica do Município de Indaiatuba, é de competência exclusiva da Câmara Municipal:

- (A) celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para realização de objetos de interesse do município.
- (B) convocar os Secretários Municipais, inclusive perante as comissões permanentes ou especiais, para prestar informações sobre a matéria de sua competência.
- (C) prestar anualmente, dentro do prazo legal, as contas do município referentes ao exercício anterior.
- (D) fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos, bem como daqueles explorados pelo próprio município.
- (E) celebrar consórcios com outros municípios, para realização de objetivos de interesse do município.

23. Os serviços administrativos da Câmara Municipal de Indaiatuba, nos termos do Regimento Interno, far-se-ão através de sua Secretaria e serão dirigidos e disciplinados

- (A) pela Presidência da Câmara, que poderá contar com o auxílio dos Secretários.
- (B) pela Mesa da Câmara, que poderá contar com o auxílio das Comissões Permanentes.
- (C) pelo Diretor de Secretaria, que poderá contar com o auxílio de assistentes.
- (D) pelo Secretário Geral, que poderá contar com o auxílio de assessores.
- (E) pelo Primeiro Secretário, que poderá contar com o auxílio do Segundo Secretário.

24. Considere a seguinte situação hipotética.

Veículos da imprensa local de Indaiatuba noticiam que, em recente licitação para aquisição de medicamentos para distribuição à população, teria havido irregularidades, como a exigência de certas especificações que somente uma determinada empresa farmacêutica poderia cumprir, além de indícios de que haveriam sido, supostamente, pagos valores a agentes públicos envolvidos no processo de aquisição.

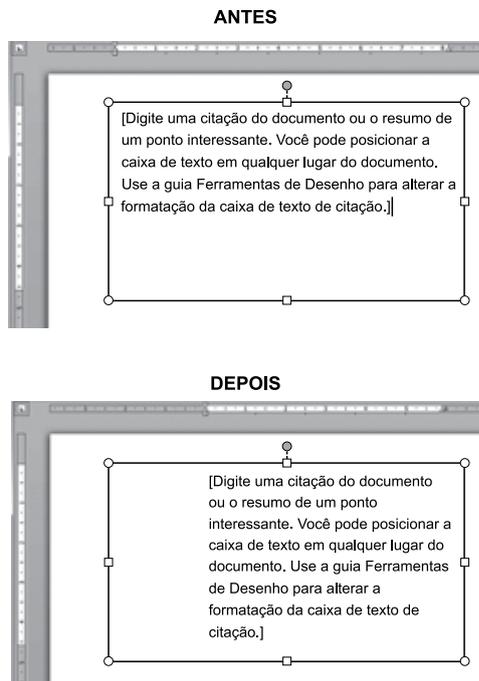
Diante de tais fatos, a Câmara Municipal poderá instaurar

- (A) Comissão de Representação.
- (B) Comissão Processante.
- (C) Comissão Permanente.
- (D) Comissão Investigativa.
- (E) Comissão Parlamentar de Inquérito.

25. A Câmara tem o prazo de sessenta (60) dias, a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, para julgar as contas do Prefeito, mediante a observação, entre outros, do seguinte preceito:

- (A) sejam aprovadas ou reprovadas as contas, elas sempre serão imediatamente remetidas ao Ministério Público, para os devidos fins.
- (B) serão publicados, na íntegra, o parecer do Tribunal de Contas e a respectiva decisão da Câmara, mas somente no caso de rejeição das contas do Prefeito.
- (C) o parecer do Tribunal de Contas somente poderá ser rejeitado por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.
- (D) serão publicados, na íntegra, o parecer do Tribunal de Contas e a respectiva decisão da Câmara, mas somente no caso de aprovação das contas do Prefeito.
- (E) o parecer do Tribunal de Contas somente poderá ser rejeitado por decisão de 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara.

26. Observe as imagens a seguir, extraídas do MS-Word 2010 em sua configuração padrão. Elas exibem uma caixa de texto em dois momentos: **ANTES** e **DEPOIS** de uma ação de configuração do usuário.



Considere que a opção de configuração modificada pode ser acessada quando o usuário clica com o botão direito do mouse na borda da caixa de texto, clica no menu de atalho “Formatar Forma...” e depois em “Caixa de Texto” do painel esquerdo.

Assinale a alternativa que contém o nome da configuração modificada pelo usuário entre os dois momentos da figura.

- (A) Alinhamento Vertical.
- (B) Direção de Texto.
- (C) Margem interna À Esquerda.
- (D) Margem interna Superior.
- (E) Quebrar texto automaticamente na forma.

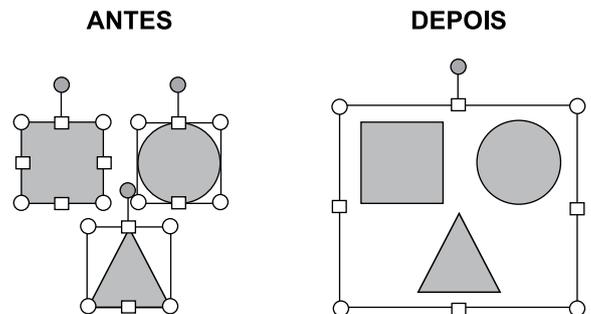
Considere a planilha a seguir, extraída do MS-Excel 2010 em sua configuração padrão, para responder à questão de número 27.

	A	B	C
1	Nome	Matrícula	Valor
2	Carlos da Silva	12332	R\$ 2.500,00
3	Armando Paulo	23345	R\$ 3.000,00
4	Eivaldo Gomes	22334	R\$ 3.000,00
5	Daiane Lima	54870	R\$ 3.000,00
6	Alice Pereira	98966	R\$ 2.500,00
7			

27. Assinale a alternativa que contém o valor resultante da fórmula =CONT.SE(C2:C6;">2500") após ser inserida na célula C7.

- (A) 6
- (B) 5
- (C) 4
- (D) 3
- (E) 2

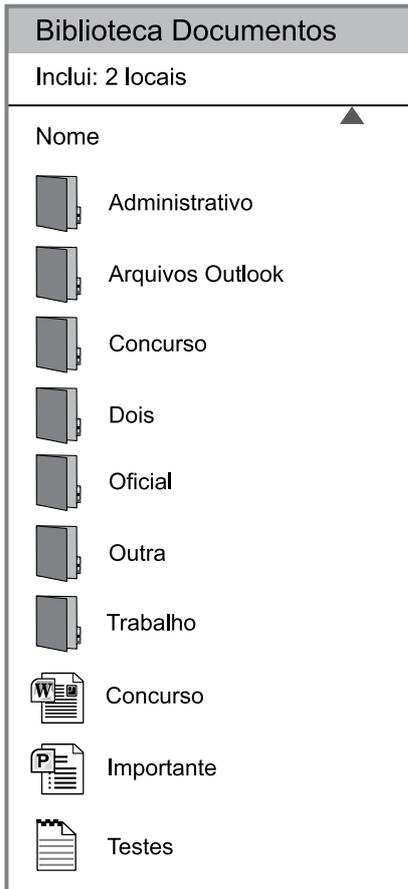
28. As três formas a seguir (quadrado, círculo e triângulo) estão sendo formatadas em um slide no MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão. Entre os momentos **ANTES** e **DEPOIS**, o usuário utilizou o recurso _____ de modo que as formas sejam tratadas como um único objeto.



Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado. Considere que o recurso utilizado pode ser acessado no grupo Organizar, da guia Ferramentas de Desenho > Formatar.

- (A) Avançar.
- (B) Alinhar.
- (C) Girar.
- (D) Desagrupar.
- (E) Agrupar.

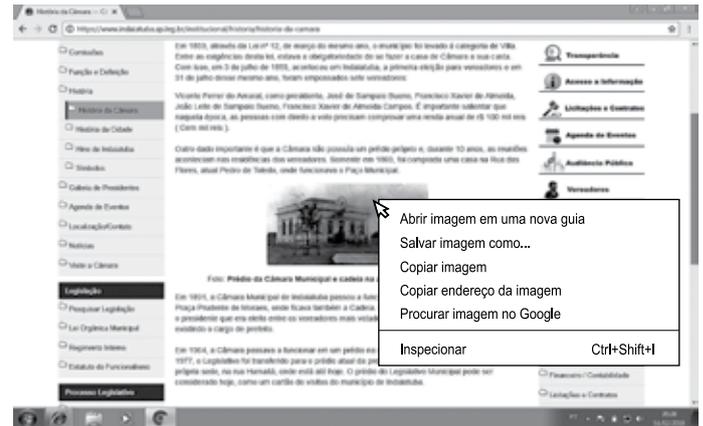
Observe a imagem a seguir, extraída do Windows do Explorer do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, para responder à questão de número 29.



29. Ao selecionar a pasta “Administrativo” com um clique do botão primário do mouse, geralmente o botão esquerdo, depois manter pressionada a tecla “Shift” e finalmente clicar no arquivo “Testes”

- (A) a pasta “Administrativo” será aberta em nova janela.
- (B) o arquivo “Testes” será enviado para a pasta “Administrativo”.
- (C) todos os 10 itens serão selecionados.
- (D) o arquivo “Testes” será o único selecionado.
- (E) apenas a pasta “Administrativo” e o arquivo “Testes” serão selecionados.

30. Observe a imagem do Google Chrome (Versão 64.0.3282.167), em sua configuração padrão.



Para salvar a foto apresentada no portal como um arquivo local, usando apenas o navegador, o usuário pode clicar com o botão secundário do mouse, geralmente o botão direito, e clicar na opção

- (A) Salvar imagem como...
- (B) Copiar endereço da imagem.
- (C) Abrir imagem em uma nova guia.
- (D) Copiar imagem.
- (E) Inspeccionar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Os serviços públicos poderão ser prestados por

- (A) descentralização, na qual a prestação dos serviços públicos se dá de forma direta, acumulando o Estado, portanto, as situações de titular e prestador do serviço.
- (B) delegação, que constitui transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração.
- (C) concessão ou permissão de serviços públicos, que são instrumentos de direito público pelos quais a Administração procede à desconcentração.
- (D) delegação, que é um processo eminentemente interno, pelo qual há a substituição de um órgão por dois ou mais com o objetivo de melhorar a prestação do serviço.
- (E) desconcentração, na qual o Estado transfere os encargos da prestação a outras pessoas, abdicando do controle do serviço e deixando de ter responsabilidade por ele.

32. Segundo previsto pela Lei Federal nº 8.666/93, a autoridade administrativa competente poderá revogar uma licitação

- (A) por razões de interesse público decorrentes de fato prévio devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- (B) em razão de fato superveniente, mas antes da homologação e da adjudicação e desde que sejam observados o contraditório e a ampla defesa.
- (C) por motivo de interesse público, após a contratação, não gerando para a Administração a obrigação de indenizar, exceto por prejuízos comprovados.
- (D) no todo ou em parte, podendo assim ser revogado todo o procedimento ou apenas determinado ato, com a consequente revogação dos atos posteriores.
- (E) por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

33. A realização de auditorias sobre atos ou contratos administrativos que ainda estão sendo executados – como o acompanhamento, por auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de uma obra de saneamento que estiver sendo executada pelo Município de Indaiatuba – pode ser classificada como um controle

- (A) interno.
- (B) judicial.
- (C) concomitante.
- (D) prévio.
- (E) hierárquico.

34. Acerca do controle da Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) uma das atribuições do controle interno é servir como órgão de assessoramento da autoridade administrativa, visando assegurar a legalidade e a eficiência da gestão.
- (B) o controle administrativo consiste no acompanhamento e na fiscalização dos atos administrativos, sendo prerrogativa privativa do Poder Executivo.
- (C) a representação é a forma pela qual o servidor público, exclusivamente, pode levar ao conhecimento da Administração qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.
- (D) o controle externo apoia o controle interno por meio da realização de auditorias nas contas dos responsáveis pelo órgão ou pela entidade a que esteja vinculado.
- (E) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

35. Em auditoria, os papéis de trabalho

- (A) não são de propriedade exclusiva do auditor; partes, excertos ou mesmo a integralidade destes, a depender da necessidade, devem ser postos à disposição da entidade.
- (B) são elaborados, estruturados e organizados para atender às circunstâncias do trabalho e satisfazer às necessidades da entidade auditada, tanto na auditoria interna quanto na auditoria externa.
- (C) devem documentar todas as questões de que o auditor trata, razão pela qual a extensão dos papéis de trabalho não é assunto de julgamento profissional individual, sendo objeto de norma própria.
- (D) podem ser quaisquer documentos e demonstrações preparados ou fornecidos pela entidade, desde que o Auditor avalie sua consistência e se satisfaça com sua forma e conteúdo.
- (E) não devem incluir o juízo do auditor acerca das questões significativas ou da conclusão a que chegou, nem mesmo se referir às áreas que envolvem questões de difícil julgamento.

36. A Receita Corrente Líquida é uma importante referência para o estabelecimento de limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo calculada pelo somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras despesas correntes, deduzindo-se, dessa soma, no caso dos Municípios, como Indaiatuba,
- (A) a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira entre os diversos sistemas previdenciários.
 - (B) os valores transferidos pela União e pelos Estados por determinação constitucional ou legal, as contribuições relacionadas à seguridade social e os valores recebidos do fundo previsto pelo art. 60 do ADCT (FUNDEB).
 - (C) os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir) e a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.
 - (D) a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e os valores transferidos pela União e pelos Estados por determinação constitucional ou legal.
 - (E) os valores transferidos pela União e pelos Estados por determinação constitucional ou legal, as contribuições relacionadas à seguridade social e os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir).
37. A perda do direito da Fazenda Pública em constituir o crédito tributário denomina-se
- (A) prescrição.
 - (B) decadência.
 - (C) homologação tácita.
 - (D) resilição.
 - (E) perempção.
39. A perda do direito da Fazenda Pública em constituir o crédito tributário denomina-se
- (A) prescrição.
 - (B) decadência.
 - (C) homologação tácita.
 - (D) resilição.
 - (E) perempção.
40. É causa que extingue o crédito tributário:
- (A) a moratória.
 - (B) a compensação.
 - (C) o depósito do montante integral.
 - (D) a concessão de liminar em mandado de segurança.
 - (E) o parcelamento.
41. A vedação constitucional que impede a exigência de certos impostos nas circunstâncias que especifica se substancia em
- (A) hipótese de incidência diferida.
 - (B) remissão.
 - (C) imunidade.
 - (D) hipótese tributária inversa.
 - (E) resistência qualificada.
42. De acordo com o que dispõe a Lei nº 6.830/80, a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez. Quanto a tal presunção, é correto afirmar que
- (A) é relativa.
 - (B) não admite prova em contrário a ser produzida pelo executado.
 - (C) somente pode ser ilidida pelo próprio executado.
 - (D) somente pode ser ilidida por terceiro a quem aproveite.
 - (E) pode ser ilidida por qualquer tipo de prova, independentemente de ser inequívoca.
43. Acerca da anistia, assinale a alternativa correta.
- (A) Abrange as infrações cometidas posteriormente à vigência da lei que a concede.
 - (B) Pode ser concedida limitadamente a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
 - (C) Quando concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa.
 - (D) Salvo disposição em contrário, aplica-se inclusive às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
 - (E) O despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão, gera direito adquirido.

DIREITO TRIBUTÁRIO

37. É correto afirmar que, em se tratando de fato gerador consubstanciado em situação jurídica sujeita à condição resolutória e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos reputam-se perfeitos e acabados desde o momento
- (A) do implemento da condição.
 - (B) em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias à produção dos efeitos que são próprios ao fato gerador.
 - (C) da prática do ato ou da celebração do negócio.
 - (D) em que a condição deixe de existir.
 - (E) em que a condição se verifique ainda que parcialmente.
38. Exceto se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, se não houver disposição legal em contrário, o prazo para lançamento por homologação será de 5 (cinco) anos a contar da data
- (A) da ocorrência do fato gerador.
 - (B) do pagamento antecipado.
 - (C) em que a autoridade administrativa toma conhecimento do pagamento realizado pelo sujeito passivo.
 - (D) em que a autoridade administrativa toma conhecimento das informações prestadas pelo sujeito passivo.
 - (E) em que a autoridade fazendária expressamente se pronunciar sobre o pagamento.

44. Assinale a alternativa correta no que respeita ao pagamento, conforme disciplinado pela norma geral de direito tributário.

- (A) Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação na ordem decrescente dos prazos de prescrição.
- (B) A imposição de penalidade ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- (C) O pagamento de um crédito, quando parcial, importa em presunção de pagamento das prestações em que se decompõe.
- (D) Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito ativo.
- (E) No caso de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador, a importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo.

CONTABILIDADE GERAL E ECONOMIA

45. Considerando que um ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física, assinale a alternativa correta sobre os gastos com desenvolvimento de um novo software de gestão a ser usado internamente, sem intenção de venda.

- (A) Poderiam ser reconhecidos como intangíveis, da mesma forma que os gastos com pesquisa para escolha de novos modelos de otimização de produção a serem usados.
- (B) Poderiam ser reconhecidos como ativos intangíveis desde que, entre outros aspectos, exista viabilidade técnica para sua geração, uso ou venda; e, também, exista capacidade técnica para medir os custos com seu desenvolvimento.
- (C) Ativos intangíveis apenas podem ser reconhecidos quando da aquisição com ágio de outro negócio.
- (D) Nenhum ativo intangível resultante das fases de pesquisa ou de desenvolvimento deverá ser reconhecido. Os gastos desse tipo devem ser reconhecidos como despesas de período obrigatoriamente.
- (E) Assim como os gastos de pesquisa, só poderão ser reconhecidos quando da compra com ágio de outra entidade.

46. Um conjunto completo de demonstrações contábeis inclui como regra: (a) o balanço patrimonial; (b) a demonstração do resultado; (c) a demonstração do resultado abrangente; (d) a demonstração das mutações do patrimônio líquido; (e) a demonstração dos fluxos de caixa; (f) a demonstração do valor adicionado quando exigida legalmente; e (g) as notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

Diante disso, assinale a alternativa correta.

- (A) As informações que constam dessas demonstrações contábeis são frutos de procedimentos objetivos e exatos. Contadores diferentes chegariam sempre aos mesmos números para uma mesma entidade.
- (B) Balanço patrimonial, demonstração de resultado e demonstração de fluxo de caixa não se relacionam. Representam aspectos específicos de uma entidade.
- (C) A Estrutura Conceitual reconhece que os elementos patrimoniais podem ser reconhecidos pelo custo histórico, atualizado monetariamente ou não, custo corrente (reposição), valor realizável ou valor presente dos futuros benefícios econômicos.
- (D) Na demonstração do resultado, o lucro é apurado sempre que as transações levarem a um acréscimo financeiro (na moeda do país) para o patrimônio líquido, e este conceito implica obrigatoriamente a adoção do custo histórico como critério de mensuração.
- (E) As demonstrações contábeis referidas têm todas como objetivo primordial a informação do valor econômico de uma entidade e o cumprimento das obrigações regulatórias e tributárias.

47. O investimento feito na empresa pelos seus proprietários é apresentado na forma do *capital social*. Suponha dois amigos iniciando juntos um negócio e combinando um investimento total de R\$ 200.000,00, formalizado em contrato. Realizaram, até um primeiro momento, os seguintes aportes: R\$ 100.000,00 em dinheiro, cada um fornecendo R\$ 50.000,00 para o caixa da empresa; R\$ 60.000,00 na forma de um imóvel, algumas máquinas e um veículo, pelos dois sócios. Com essas informações, é correto dizer que o capital

- (A) social da empresa é de R\$ 160.000,00.
- (B) subscrito da empresa é de R\$ 160.000,00.
- (C) a integralizar da empresa é de R\$ 200.000,00.
- (D) integralizado da empresa é de R\$ 200.000,00.
- (E) a integralizar da empresa é de R\$ 40.000,00.

48. Suponha um imóvel que, na Contabilidade, aparece pelo valor líquido de R\$ 200.000,00. O aluguel de um imóvel semelhante a esse teria para a empresa um custo cujo valor presente líquido seria de R\$ 150.000,00. Ao examinar o mercado imobiliário da região, verifica-se que o valor de um imóvel semelhante para a compra seria de R\$ 170.000,00.

Diante destes dados, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe acompanhar a perda e reportá-la nos relatórios de administração, mas não no balanço patrimonial.
- (B) Cabe ajustar o valor do imóvel para R\$ 150.000,00 e registrar a perda de R\$ 50.000,00 como despesa do período no balanço patrimonial.
- (C) Não cabe realizar nenhuma ação, dado que a reavaliação não é permitida legalmente.
- (D) Cabe ajustar o valor desse imóvel para R\$ 170.000,00, com a perda de R\$ 30.000,00 pelo ajuste impactando o resultado do período.
- (E) O ajuste apenas deve ser feito quando o valor de mercado for maior que o valor registrado contabilmente, conforme laudo de três peritos.

49. Assinale a alternativa correta sobre os principais livros contábeis.

- (A) Ambos são de uso obrigatório, sendo indispensáveis. Os principais livros contábeis são os livros Diário e Razão.
- (B) Não são obrigatórios, apesar de fortemente recomendáveis.
- (C) Perderam a finalidade quando do surgimento do SPED contábil e caíram em desuso.
- (D) Não existe um conjunto de informações básicas definidas para os lançamentos no Livro Diário.
- (E) Os principais livros contábeis são os livros Diário, Razão e LALUR. Apenas o livro Diário é de uso obrigatório.

50. Sobre os lançamentos contábeis, é correto dizer que

- (A) envolvem, pelo menos, uma conta debitada; valor do débito; conta creditada; valor do crédito; histórico da operação. São feitos no livro Razão.
- (B) se trata de um procedimento que assegura a qualidade da informação contábil. São registrados em ordem cronológica no livro Razão.
- (C) se trata de um procedimento contábil em desuso, pois foi substituído pelos bancos de dados das operações.
- (D) envolvem, pelo menos, uma conta debitada; uma conta creditada; local e data da operação; histórico da operação; valor da operação e informação que permita identificar, de forma unívoca, todos os registros que integram um mesmo lançamento contábil.
- (E) foram popularizados com o Frei Luca Pacioli, e só se tornaram efetivamente usados com o advento do computador eletrônico e dos programas gerenciadores de bancos de dados.

51. Do ponto de vista da Lei nº 4.320/64, o controle da execução orçamentária abrange

- (A) o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários apenas.
- (B) a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
- (C) a fixação das receitas públicas do período.
- (D) a definição de normas para o controle interno, a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária, que se dará de forma subsequente, na prestação de contas ao Tribunal de Contas pertinente.
- (E) várias entidades, como agências reguladoras e supervisoras, entidades de auditoria, comissões do poder legislativo, que são tidas como responsáveis pelo controle da execução orçamentária, conforme esta lei.

52. Considerando-se a Lei nº 101/2000, é correto dizer que um orçamento para uma entidade do setor público com Receitas Orçamentárias Previstas no valor de R\$ 16 trilhões e com Despesas Orçamentárias Fixadas em R\$ 16,15 trilhões

- (A) independe da aprovação do Legislativo para atender aos aspectos legais incorporados a este documento.
- (B) não causa preocupação. Como as receitas são previstas, deverá ser feito um esforço durante o período para o seu acréscimo.
- (C) não causa preocupação. Das despesas, R\$ 15 bilhões irão para restos a pagar e serão pagos no período seguinte.
- (D) fere o aspecto legal da anualidade.
- (E) não seria considerado adequado. As despesas não seriam consideradas adequadas com lei orçamentária anual, de acordo com a Lei citada.

53. O princípio orçamentário da não afetação das receitas

- (A) estabelece que as receitas constantes da Lei Orçamentária Anual serão escrituradas pelos seus valores brutos, vedadas quaisquer deduções.
- (B) deve ser cumprido integralmente na Lei Orçamentária Anual do ente federado, não se admitindo qualquer tipo de exceção.
- (C) dispõe que as receitas decorrentes de ingressos extraorçamentários não podem ser utilizadas para financiamento das despesas do ente federado.
- (D) é aplicável apenas às receitas de impostos.
- (E) estipula que todas as receitas previstas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual.

54. Sobre o processo de planejamento e elaboração do orçamento descrito na Constituição Federal, complementado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), é correto afirmar que

- (A) as emendas parlamentares ao projeto de lei do orçamento anual somente podem ser aprovadas se forem compatíveis com a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), sendo dispensada a indicação dos recursos necessários para sua consecução.
- (B) as propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como a do Ministério Público, órgãos que têm autonomia financeira garantida pela Constituição, independem de quaisquer limites fixados pela Lei das Diretrizes Orçamentárias.
- (C) o Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, em que serão estabelecidas metas anuais (valores correntes e constantes) relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- (D) a lei orçamentária anual conterá Anexo de Riscos Fiscais, demonstrativo no qual serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- (E) o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada exercício financeiro, relatório resumido da execução orçamentária.

55. As receitas orçamentárias

- (A) devem ser registradas pelo regime de competência, de acordo com o disposto na Lei nº 4.320/1964.
- (B) podem implicar ou não em uma variação do patrimônio líquido do ente federado.
- (C) decorrentes do recebimento de aluguéis de imóveis pertencentes ao ente público são classificadas como receitas de capital.
- (D) incluem os ingressos decorrentes de cauções e depósitos efetuados por pessoas jurídicas de direito privado em decorrência de sua participação em uma licitação da unidade federada.
- (E) decorrentes de operações de crédito são classificadas como receitas correntes.

56. As despesas orçamentárias

- (A) empenhadas durante o exercício financeiro são consideradas liquidadas quando o ente federado efetua o pagamento ao prestador de serviços ou ao fornecedor de bens.
- (B) com a constituição ou aumento de capital de empresas comerciais das quais o ente federado será ou é sócio ou acionista são consideradas, na classificação econômica, como Investimentos.
- (C) relativas às amortizações da dívida mobiliária do ente federado devem ser classificadas como despesas correntes.
- (D) com a aquisição de materiais para consumo são consideradas despesas efetivas, pois não diminuem o patrimônio líquido do ente federado.
- (E) deverão ser discriminadas na Lei do Orçamento Anual de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do ente federado.

57. São classificadas como despesas de capital no orçamento público:

- (A) as transferências de tributos para outro ente público.
- (B) as subvenções econômicas.
- (C) as transferências para instituições privadas sem fins lucrativos.
- (D) as inversões financeiras.
- (E) as decorrentes dos juros pagos sobre a dívida pública fundada.

58. É correto afirmar que

- (A) as despesas de exercícios anteriores correspondem a restos a pagar processados que serão pagos no decorrer do exercício financeiro corrente.
- (B) restos a pagar com prescrição interrompida representam despesas cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas em relação às quais ainda vige o direito do credor.
- (C) restos a pagar processados correspondem às despesas empenhadas no exercício no qual não foram liquidadas nem pagas.
- (D) despesas urgentes e imprevistas poderão ser realizadas sem prévio empenho, dada a urgência de sua consecução.
- (E) empenho global é uma modalidade de empenho para valores de pequena monta cujo montante não se pode estimar previamente.

59. Em relação às licitações, cujo procedimento para todas as unidades federadas foi regulamentado pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, é correto afirmar que

- (A) as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação objetivando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- (B) a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, inclusive quanto ao conteúdo das propostas apresentadas pelas empresas participantes, em obediência ao princípio da transparência.
- (C) não poderá ser estabelecida margem de preferência nos processos de licitação, para qualquer interessado, em obediência ao princípio constitucional da isonomia citado no art. 3º do mencionado diploma legal.
- (D) não poderá haver dispensa do referido certame para a contratação de obras e serviços de engenharia pela unidade federada.
- (E) o convite é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

60. Um ente federado começou a adquirir determinado material de consumo apenas em dezembro do exercício financeiro corrente. Foram efetuadas as seguintes transações com esse material:

- 4 de dezembro – aquisição de 2000 unidades ao preço unitário de R\$ 150,00;
- 10 de dezembro – aquisição de 3000 unidades ao preço unitário de R\$ 200,00;
- 11 de dezembro até o final do exercício: saída de 3500 unidades para consumo.

O estoque final desse material de consumo no almoxarifado do ente federado ao final do exercício, de acordo com o critério de avaliação estipulado pela Lei nº 4.320/1964 para esse tipo de material, deverá equivaler a

- (A) R\$ 300.000,00.
- (B) R\$ 285.750,00.
- (C) R\$ 270.000,00.
- (D) R\$ 262.500,00.
- (E) R\$ 225.000,00.

